

“Teologia Natural e Virtude: A Ciência da Fé e a Fé da Ciência”

Daniel Cerqueira Baiardi¹

Resumo: A crença entre uma incomensurabilidade entre os discursos religiosos e científicos é bastante comum em nossos dias. Contudo, através de uma responsável análise histórica, os argumentos para tal divisão se mostram frágeis e, muitas vezes, desonestos. Neste artigo, procuro demonstrar que é um grande equívoco sustentar esta crença. As conjunturas obrigaram os homens de ciência, para sua própria sobrevivência, a estabelecer uma distinção entre conhecimento e fé. Mais tarde, o positivismo tornou essa cisão ainda mais profunda e provocou uma estratégia de sobrevivência semelhante para os clérigos.

Palavras-chave: ética, fé, metafísica, razão.

Abstract: *The belief that assumes an incommensurability between religious and scientific discourses is widely accepted today. However, throughout a responsible historical analysis the arguments for this division became fragile and sometimes shows up vicious intents. I will argue here that is a great mistake to hold that belief. The circumstances had obliged men of science to put aside knowledge and faith. Later, positivistic thinking make that incision deeper and clerics must to adopt similar strategies to survive.*

Key-words: *ethics, faith, metaphysics, reason.*

A crença entre uma incomensurabilidade entre religião e ciência é bastante comum em nossos dias, especialmente, em algumas seitas do patriarcalismo abraâmico². Para demonstrar como tal cisão não é nem benvinda, nem legítima, recorro à ideia de uma teologia natural, em seu sentido mais original. Os motivos apresentados pelas mais difundidas posições que defendem este afastamento emergem, principalmente, na revolução heliocêntrica, na inquisição e, mais tarde, em diversas formas de positivismo.

Quando me refiro a uma Teologia Natural, dou continuidade a uma longa tradição no estudo da relação entre os humanos e aquilo que eles consideram divino e sagrado. O tratado

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio PDSE na Universidade Estadual da Pensilvânia (PSU-EUA). Prof. de Filosofia do Instituto Federal da Bahia (IFBA – *Campus Salvador*).

² Quando me refiro ao patriarcalismo abraâmico, reúno suas principais ramificações: judaísmo, cristianismo e islamismo. Contudo, o judaísmo predominante, não-ortodoxo, possui manifestações mais racionais e, ao mesmo tempo não é caracterizado pelo proselitismo, caracterizando uma excessão ao distanciamento entre religião e ciência.

seminal, *Antiquitatum rerum divinarum et humanarum*, hoje perdido, é de autoria de Marcos Terêncio Varro (116 – 27 a.C.), um notável filósofo, teólogo, poeta, orador e general romano. Marco trabalhou com Caio Júlio César em diversos empreendimentos, apesar de Varro ter lutado ao lado de Pompeu contra o próprio César (Cf. Suetônio, 1998). Varro, depois de anistiado, foi incumbido por César de gerenciar, organizar e ampliar todas as bibliotecas de Roma, reconhecido, ao longo da história, como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Varro identifica três formas de teologia: *Política*, *Natural* e *Mítica*. No primeiro caso, devemos recordar que, para Aristóteles, *Política* é sinônimo de *Ética*. Destarte, a primeira teologia fala a respeito da moral e da lei.

A teologia natural, no entender de Varro, aborda questões cosmológicas, as quais são essências em um sistema religioso sério e, naturalmente, tratado por filósofos da natureza, os cientistas do passado. Temas como causa, mudança, origem, destino e necessidade são extremamente importantes para construir uma doutrina que se sustente diante da mais tímida análise de sua veracidade ou coerência. A teologia política se ocupa de guiar as ações das pessoas e, dessa forma, trata-se de algo de suma importância para qualquer fase da vida. Importante lembrar que *Política*, para Aristóteles é a mesma coisa que *Ética* (Cf. 1991). A teologia mítica pertence ao domínio dos poetas, os responsáveis por levar ao grande público, iniciado, jovem ou inculto a doutrina professada. Nos mitos encontramos, em metáforas e parábolas, o que há de mais importante e que pode ser facilmente assimilado em um sistema religioso. Com efeito, os aspectos míticos têm tamanha importância e protagonismo para nossa vida (mesmo para o do ateu) que não podem ser subestimados. Assim, as escrituras devem ser sacralizadas e, sobretudo, lidas e interpretadas por cada um que se identifique com elas. Entretanto, existem razões mais do que suficientes para discordar de quem pensa que é o único livro importante, seja para a redenção ou, mais imediatamente, para se atingir uma paz de espírito.

Para aqueles que creem, atribuir as palavras das escrituras a Deus é ofendê-lo de três maneiras. Primeiramente, ofendê-lo quanto ao estilo, precisão, coerência e clareza. Em seguida, ofendê-lo como injusto, comunicando-se somente com uns, privilegiando esses em

detrimento de outros. E, finalmente, ofendê-lo em como possuidor de uma mera pretensão de unir a humanidade através escritos que mais separaram que uniram. Se atribuirmos à reponsabilidade dos fracassos humanos à incompetência de Deus, ou à crueldade das leis da natureza, demonstraríamos não apenas demasiada imaturidade, mas também desonestidade.

A terminologia de Varro foi adotada não só por sua tradição filosófica, mas também pelos teólogos que deram forma as principais ramificações do monoteísmo. A sua autoridade como teólogo foi e continua reconhecida amplamente, inclusive pelo Romano Pontífice Emérito, Joseph Aloisius Ratzinger, rebatizado como Bento XVI. De acordo com V.S., o bispo de Hipona dá suporte³ a essa tríplice divisão da teologia (Cf. Ratzinger, 2000).

Varro compartilhava da imagem estoica de Deus e do mundo; ele definia Deus como *animam motu ac ratione mundum gubernantem* [a alma que sustenta o mundo através do movimento e da razão] Ela não é o objeto da *religio*. Em outras palavras, verdade e religião, não pertencem à ordem da *res*, da realidade mesma, mas a ordem de *mores* – moral. Não foram os deuses que criaram o Estado, mas o Estado que instituiu os deuses cuja veneração é essencial para a ordem do Estado e para o correto comportamento de seus cidadãos. Essencialmente, a religião é um fenômeno político⁴ (Ratzinger, 2000).

Através dos argumentos e testemunhos que me guiaram nesta pesquisa, ambas, *religião* e *ciência*, são oriundas da insigne e celebrada tradição filosófica do ascetismo greco-latino. Com efeito, para compreender bem a figura e a doutrina de Jesus de Nazaré, talvez, o mais importante filósofo da moral e teólogo político do Ocidente, não podemos ignorar a influência do pensamento platônico. Também não é fácil entender a doutrina que Platão, ou Arístocles de Atenas, colocou nas falas de seu amado conterrâneo, Sócrates, sem saber do que trata o monismo cosmológico de Parmênides, pensamento que encontrou terreno fértil no pensamento helênico e também no patriarcalismo abraâmico. Talvez, a melhor conexão tenha sido oferecida pelo próprio fundador da Academia, a instituição de ensino que mais perdurou na História. Em seu preciosíssimo diálogo, *Parmenides*, a tradição é celebrada por Platão com o histórico, talvez fictício, encontro de três figuras principais: O teólogo do *Uno*, sexagenário; seu

³ Em seu *Civitas Dei* (VIII, 9 apud Ratzinger, 2000).

discípulo Zenão de Eléia, na meia idade; e o jovem Sócrates, em torno dos vinte anos de idade. Nesta narrativa, adentramos uma realidade poética, política e científica. Platão sabia que haviam coisas que eram perigosas de se dizer em Atenas e, dessa forma, passou a usar estratégias para divulgar suas ideias (ou as ideias que o possuíam), para a posteridade.

Parmênides de Eléia, talvez o mais notável teólogo e metafísico de todos os tempos, foi aquele que apresentou a Sócrates o *Uno*, uma teoria que influenciou mais do qualquer outra o seu monismo. Esta divindade única foi aquela que ele nem sequer relutou em negar no dia de seu julgamento, se tornando, muito provavelmente, o primeiro mártir do “Deus Verdadeiro”. Certamente, o *Uno* de Parmênides é uma das teorias mais brilhantes já produzidas e resguardadas pelo espírito humano. Seu poder explicativo dissolve, ao menos, três dos maiores problemas filosóficos de seu tempo e, quando aqui me refiro a *filosófico*, me refiro a todo conhecimento que estava então disponível.

Ao mesmo tempo, o múltiplo é o Uno e o Uno é o múltiplo. Ele é o α (A) e o ω (Ω), ou seja, o começo, o meio e o fim. Ele não tem fronteiras, não tem limites e tudo engloba. Dessa forma responde à *questão cosmogônica*. Mas como, sem os brinquedos caros dos nossos físicos, Parmênides concluiu que o Universo é infinito? Ora, só poderia ter sido através da matemática, pois já se tinha conhecimento do problema do regresso ao infinito. Como esta razão suprema tudo criou e ordenou tudo, geometricamente, esta mesma entidade garante que só há uma verdade. Contudo, de acordo com a mesma tradição, algumas verdades são muito difíceis de serem notadas e o esforço humano só pode ter acesso aquelas que são mais evidentes. Parmênides dá um duro golpe no relativismo, doutrina que permitia a cada consciência, munida de alguns argumentos, defender a existência de verdades particulares. No âmbito da Ética, abre caminho para a política, pois o *Uno* possibilita que seja erigida uma ciência, que fundamenta o Direito. Para o estudo da natureza, o monismo garante que é possível compreendermos algumas leis da criação e, dessa forma, nasce a ciência como conhecemos, abandonando-se negociações com deuses, como no politeísmo pagão, ou os diversos tipos de contatos possíveis com entidades naturais incorporadas, como em muitas formas de animismo. Assim, necessariamente, para um monoteísta adulto e capaz, abrir o *Livro da Criação* é estudar das leis da natureza, a verdadeira obra de vontade e bondade do criador.

De acordo com Ratzinger (2000), Agostinho atribuía ao cristianismo uma origem na teologia natural greco-latina e não, como muitos pensam, a partir da tradição hebraica. Contudo, não é somente em Agostinho que encontramos essa origem para a doutrina cristã. Até mesmo no discurso de Paulo de Tarso, no *Aeropagus*, onde apresenta a *Religio vera*, Ratzinger entende que o cristianismo tem sua origem na filosofia natural. Agostinho, esclarece muito a respeito do tema, em especial, quando analisa o conceito de *fé*.

Mas essa *recta* intenção é a que procede da fé [...] Por isso, tenhamos isto em conta, a fim de sabermos que é mais seguro o desejo de procurar a verdade do que o tomar antecipadamente por conhecido o que se desconhece (*De Trinitate*, IX, 1.1).

É através da virtude dos mártires que nos convencemos de que podemos nesses homens ascéticos depositar nossa fé. Destarte, para o mais importante dos teólogos dos primeiros séculos do cristianismo, a *fé* é uma forma de conhecimento em relação à *Razão* contida no universo, obra do Supremo Geômetra. Contudo, de acordo com Agostinho, a razão pode e deve transpor criticamente o conhecimento obtido pelo depósito da fé.

Por isso é que todo o amor de um espírito que se entrega ao estudo, isto é, de um espírito que quer saber o que não sabe, não é amor de uma coisa que não sabe, mas de uma que sabe por causa da qual deseja saber aquilo que não sabe [...] É clara, com efeito, a afirmação do Apóstolo, que diz que o homem interior se renova no conhecimento de Deus segundo a imagem daquele que o criou, dizendo ainda noutro passo: *embora o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, renova-se dia após dia* (*De Trinitate*, X, 1.3).

Atualmente, o papel da razão não possui a importância que merece nas concepções teológicas de um grande número de monoteístas. Um interessante caso é a tão mal interpretada semelhança com Deus [*imago Dei*]. Não se trata de uma semelhança física, mas racional, ainda que, nossa razão seja como ínfima fagulha diante da onisciência infinita. Contudo, capaz de reconhecer as regularidades da obra do Criador. Para a doutrina cristã, o conhecimento é essencial para a fé. Em sua linha de raciocínio, Agostinho reforça esta concepção, em especial, quando afirma que ninguém pode amar aquilo que se desconhece.

Eis uma imagem da Trindade: a própria mente e o seu conhecimento, que é sua descendência e sua palavra, de si gerada, e, como terceiro, o amor, e estas três coisas são uma só coisa e uma só substância. E a descendência não é

inferior, na medida em que a mente se conhece na proporção da sua grandeza, nem o amor é inferior, na medida em que a mente se ama na proporção em que se conhece e na proporção da sua grandeza (Idem, IX. 12. 18).

Como já podemos fazer ideia, a *Vulgata Latina* é ordenada e composta por livros selecionados por bispos do Império Romano. Agostinho, por exemplo, teve forte influência na seleção e ordenação dos evangelhos. Agostinho também havia alertado que não devemos ler as escrituras de forma literal. Contudo, para entendermos Agostinho devemos estar familiarizados com a doutrina exposta pelos apóstolos, ou seja, as versões que conhecemos do pensamento de Jesus de Nazaré.

Já que muitos empreenderam compor uma narrativa dos factos que entre nós se consumaram, como no-los transmitiram os que desde o princípio foram testemunhas oculares e se tornaram servidores da Palavra, resolvi eu também, depois de tudo ter investigado cuidadosamente desde a origem, expor-tos por escrito e pela sua ordem, illustre Teófilo, a fim de que reconheças a solidez da doutrina em que foste instruído (Lucas 1: 1-4).

Se dirigindo a Teófilo, em meu humilde juízo (seja ele produto de um mundo materialista ou fruto do sagrado dom de Deus, a razão), o “Médico Amado” e apóstolo, Lucas de Antióquia (ou Evangelista) foi aquele que reconstrói de forma mais virtuosa, honesta e teologicamente aprimorada a doutrina cristã. Lucas faz isso através de uma narrativa que se inicia com o nascimento e termina com a crucificação. Infelizmente, como muitos outros livros sagrados, trata-se de um texto de difícil interpretação, entretanto, ele preserva mensagens que fazem parte do coração da doutrina.

[...] expulsou a todos do templo, as ovelhas bem como os bois, derramou pelo chão o dinheiro dos cambistas, virou as mesas e disse aos que vendiam as pombas: Tirai daqui estas coisas; não façais da casa de meu Pai uma casa de negócio (João 2:15-16).

A postura moral de Jesus é notória quando se refere aos que se apegam às coisas materiais, em especial, o dinheiro. A única ocasião em que Jesus é tomado pela ira foi na porta do templo de Jerusalém, entre os cambistas. Na descrição de Lucas, Jesus praticou a medicina gratuitamente. Ora, nos dias de hoje, os “verdadeiros” milagres são frutos da ciência e das virtudes. Encontraremos a virtude da simplicidade entre a miséria e o luxo, assim, este compromisso moral não exige nenhuma pena dolorosa, apenas sabedoria. Para aquele que

seguem a doutrina, as recompensas se desfrutam ainda em vida. De qualquer forma, é algo lastimável o fato de que nossos médicos façam um juramento⁵ pagão, para que, dessa forma, não precisem cumpri-lo. Dessa forma, as questões apresentadas por Agostinho são muito importantes para que possamos ser justos em vida. Um fato que muitos teólogos escondem, ou não sabem, é que a doutrina do pecado original só foi desenvolvida (ou revelada, se preferirem) por Agostinho. Em sua solução para o Problema do Mal e para a construção da doutrina do livre-arbítrio, Agostinho estabelece importantes balizas para os sistemas futuros.

Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo — e negá-lo seria blasfêmia —, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus (1995, Cap. I, 1).

Agostinho conclui que as más ações não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário. Nesta robusta e basilar concepção de livre-arbítrio, temos o fundamento do direito, essencial para a consolidação de uma sociedade mais justa. Se estivesse algum espírito maligno em posse da decisão do autor de um pecado, este não poderia ser responsabilizado pelo ato. Sem acatarmos ao livre-arbítrio, não podemos legitimar nenhum tribunal. Este é o grande engano e, por isso, o grande perigo que representa a doutrina do maniqueísmo para a humanidade, que despreza a razão, dádiva de Deus, cometendo um crime terrível contra si e todos mais. Aristóteles defendia, e eu não canso de repetir como um mantra, que a Política é, necessariamente, a mais importante das ciências, pois é ela que decide quais ciências serão estudadas e quais não serão em uma nação, entre tais, teologia, sociologia e filosofia.

Um bom exemplo do compromisso que deve haver entre os homens de política, ciência e de espírito é o apreço pela verdade. Para os ilusionismos milagrosos de sacerdotes desonestos, os quais, supostamente, confrontam às ciências, em especial, a medicina, o mais conhecido remédio para desmascarar tais falsários foi o argumento apresentado por David Hume (1748). De acordo com ele, o milagre se trata de uma violação das leis da natureza, leis

⁵ O Juramento de Hipócrates era levado a sério no passado e hoje ignorado. Não há compromisso com um juramento desses. Um médico deveria fazer um juramento civil. Não há caridade, só mercado. O tão precioso e santo exercício da arte da medicina foi transformado em mercadoria.

que, para um monoteísta, só podem ter sido estabelecidas pelo próprio criador. Hume, assim como eu, nunca constatou uma violação clara dessas leis, ao passo que, um humano mentir e outro ser enganado trata-se de um fato tão corriqueiro, trivial e evidente que dispensa mais argumentos. Além de celebrar o Amor e a Verdade, precisamos respeitar e compreender a necessidade da dúvida. Pois, se crês que é verdadeiro, qual o mal em por sua crença sob teste? Este medo se encontra justamente em quem não tem fé. Na Cruz, de acordo com as escrituras, Jesus deixa claro que também teve dúvida⁶. Carecemos da admissão do papel da dúvida, mesmo na teologia, e o respeito à imensidão do Cosmo, assim como, também precisamos de virtudes.

Referências:

AGOSTINHO de Hipona (S/D). *De Libero Arbitrio*. Livros IX – XIII [trad. Ir. Nair de Assis Oliveira] Paulus: São Paulo, 1995.

AGOSTINHO de Hipona (S/D). *De Trinitate*. (Texto publicado na LUSOSOFIA.NET com a benévola e graciosa autorização dos Tradutores e da Irmã Eliete Duarte, da Paulinas Editora, onde os XV livros da obra, em edição bilíngue [latim/português], estão publicados na íntegra) Paulinas Editora: Prior Velho, 2007.

ARÍSTOCLES de Atenas [PLATÃO] (S/D). Parmenides. Project Gutenberg Março, 1999.
[\[http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001687.pdf\]](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001687.pdf)

ARISTÓTELES de Estagira (S/D). *Ética a Nicômaco. Ética a Nicômaco ; Poética / Aristóteles ; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. — 4. ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991.*

ALIGHIERI, Dante. (1966-67). “La Divina Comedia: Inferno” (3ª. Ed. Eletrônica.) In: BARBERI, A. (Ed.) - “La Commedia secondo l'antica Vulgata”. Milão: Giorgio Petrocchi & Mondadori Editore, 2005.
[\[http://www.libreriaeditrice.it/mediateca/libri/a/alighieri/la_divina_commedia/pdf/la_div_p.pdf\]](http://www.libreriaeditrice.it/mediateca/libri/a/alighieri/la_divina_commedia/pdf/la_div_p.pdf)

HUME, David (1748) *Enquiry Concerning Human Understanding*. MILLAR, A. Ed., Londres, 1777
[\[http://www.davidhume.org/texts/ehu.html\]](http://www.davidhume.org/texts/ehu.html).

RATZINGER, Joseph (2000) “The Victory of the Christian Logos over Relativism: The Truth of Christianity” In: “Christianity. The Victory of Intelligence over the World of Religions” in 30 Days, n. 1, 2000, pp. 33-44
[\[www.disf.org\]](http://www.disf.org).

SUETÔNIO, Caio (S/D). *A Vida dos Doze Césares*. Ediouro Publicações (Trad. Sady-Garibaldi): Rio de Janeiro, 1988.

⁶ Mateus 27:45